

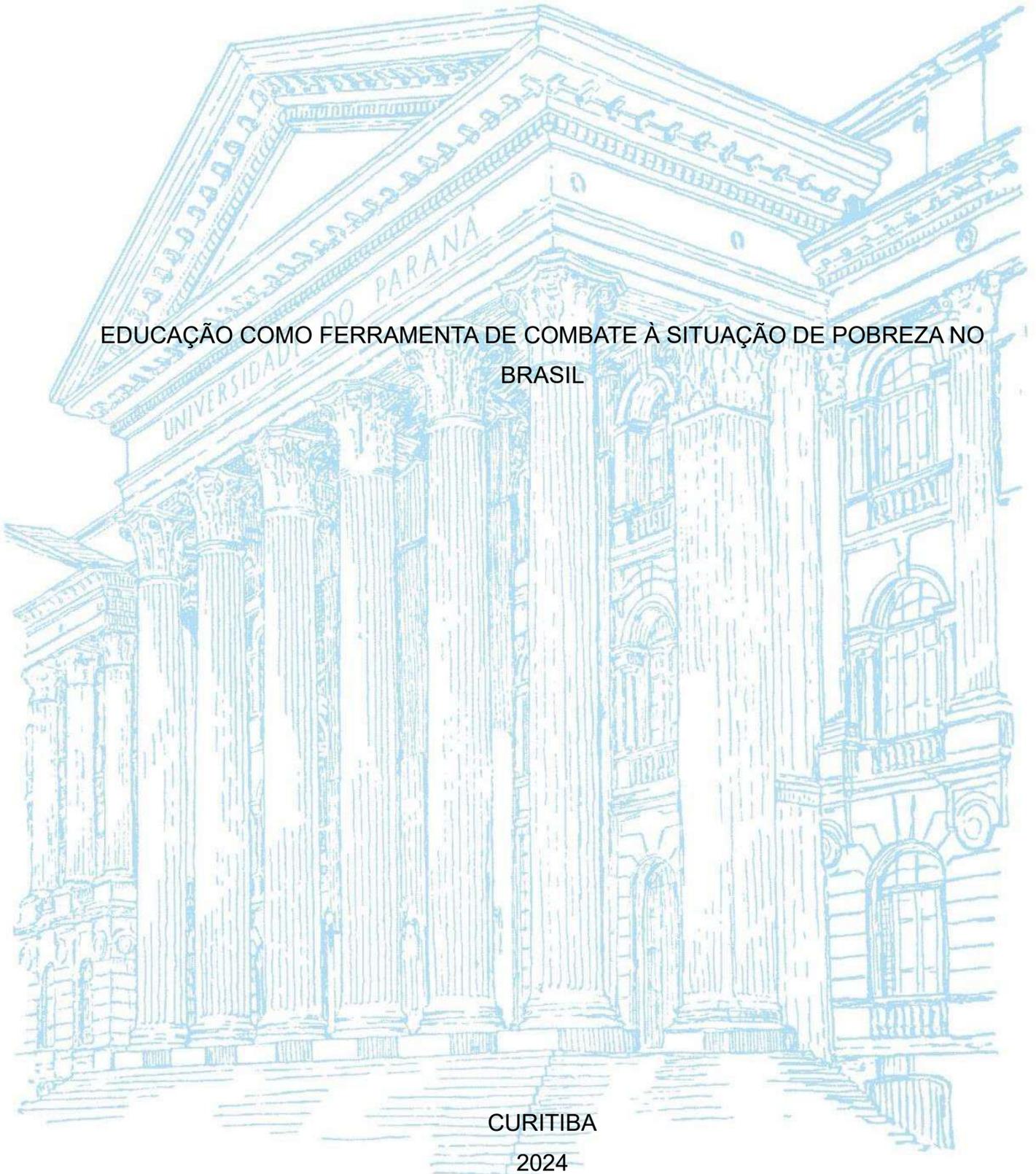
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCIELI REIZNER

EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À SITUAÇÃO DE POBREZA NO  
BRASIL

CURITIBA

2024



FRANCIELI REIZNER

EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À SITUAÇÃO DE POBREZA NO  
BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Junior Ruiz Garcia

CURITIBA

2024



## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho representa não apenas a realização de um sonho acadêmico, mas também o resultado de um processo marcado por desafios, superação e muito apoio. Por isso, gostaria de dedicar este espaço àqueles que me acompanharam e me apoiaram ao longo desta trajetória.

Agradeço primeiro a Deus por ter me mantido na trilha certa durante este projeto de pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

Agradeço ao meu orientador, Junior Ruiz Garcia, pela paciência, orientação e pelo compromisso em guiar-me com sabedoria ao longo de todo o desenvolvimento deste projeto. Seu conhecimento e dedicação foram essenciais para a concretização deste trabalho.

Aos meus familiares, deixo um agradecimento especial por sempre acreditarem na educação como uma ferramenta poderosa para transformar realidades e reduzir a situação de pobreza. O apoio de vocês foi fundamental em todos os momentos desta caminhada.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, sou imensamente grato pela compreensão e pelo suporte durante esta jornada. Obrigado por estarem ao meu lado, entendendo os desafios que enfrentei e me apoiando com palavras de incentivo.

Por fim, agradeço ao meu namorado, Luiz Ricardo por estar sempre ao meu lado, oferecendo apoio incondicional, paciência e amor. Sua presença constante me deu forças para seguir em frente e superar os obstáculos com confiança.

A todos, meu sincero e eterno agradecimento.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a educação como ferramenta de combate à situação de pobreza no Brasil, abordando a relação entre as duas variáveis e trazendo um panorama geral, as perspectivas e os desafios enfrentados pelo país entre 2000 e 2020. Para isso, a pesquisa explora como a expansão do acesso ao ensino e o aumento dos investimentos em educação influenciaram a redução da situação de pobreza no país. A abordagem utilizada foi qualitativa, e os dados secundários utilizados, provenientes de fontes oficiais, como o IBGE e o Banco Mundial. Este estudo conclui que a educação é uma ferramenta crucial para a redução da situação de pobreza. No entanto, visto a situação de pobreza ser um problema multidimensional, a educação é necessária, mas não suficiente, portanto, precisa ser acompanhada de políticas mais abrangentes e integradas para enfrentar as desigualdades sociais de maneira eficaz.

Palavras-chave: Alfabetização. Inclusão social. Políticas públicas educacionais. Evasão escolar.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze education as a tool to combat poverty in Brazil, addressing the relationship between the two variables and providing an overview, perspectives, and challenges faced by the country between 2000 and 2020. To this end, the research explores how the expansion of access to education and increased investment in education influenced the reduction of poverty in the country. The approach used was qualitative and quantitative, and secondary data was used, from official sources such as the IBGE and the World Bank. This study concludes that education is a crucial tool for reducing poverty. However, since poverty is a multidimensional problem, education is necessary but not sufficient, and therefore needs to be accompanied by more comprehensive and integrated policies to effectively address social inequalities.

Keywords: Literacy. Social inclusion. Public education policies. School dropout.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO E SITUAÇÃO DE POBREZA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS.....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>EDUCAÇÃO E SITUAÇÃO DE POBREZA NO BRASIL ENTRE 2000 E 2020 .....</b>	<b>19</b>
4.1	PANORAMA BRASILEIRO .....	19
4.2	DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	26
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A situação de pobreza, compreendida como a insuficiência de recursos que assegurem as condições básicas de sobrevivência, é um fenômeno complexo e multidimensional, enraizado nas estruturas sociais e econômicas da sociedade (MIRANDA, 2013). No Brasil, a situação de pobreza atinge um número significativo de pessoas. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), em 2020, mais de 5 milhões de pessoas viviam abaixo da linha da pobreza (baseado nas condições econômicas mínimas necessárias para o sustento), ou seja, mais de um quarto da população vivia sob condições precárias de vida.

A educação tem sido apontada na literatura como um meio para a redução da situação de pobreza. Estudos, como Cascais e Terán (2011) e Yannoulas, Assis e Ferreira (2012), destacam a educação formal como uma ferramenta essencial para romper os ciclos de pobreza, proporcionando melhores oportunidades de emprego e aumento da qualidade de vida. A teoria do capital humano também sugere que maior nível educacional está diretamente relacionado a maiores níveis de produtividade e renda, o que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento econômico e social (YANNOULAS, 2013). É notável a importância da temática, visto que a abordagem aprofundada sobre o tema fornece subsídios que podem contribuir para o avanço do conhecimento científico, formulação de políticas públicas e para desenvolvimento de estratégias econômicas para reduzir a parcela da população em situação de pobreza.

No entanto, apesar da importância da educação na luta contra a situação de pobreza, ainda existem lacunas na literatura que precisam ser exploradas. Verifica-se que poucos estudos oferecem uma análise abrangente e multidimensional que aborde tanto os aspectos positivos quanto negativos da educação no contexto da pobreza. Além disso, há uma necessidade de investigações mais aprofundadas como diferentes fatores sociais, econômicos e regionais influenciam essa relação.

Diante desse cenário, a questão central desta pesquisa é: qual é o papel da educação no enfrentamento da situação de pobreza no Brasil? Para isso, o principal objetivo do estudo é avaliar o papel da educação no enfrentamento da situação de pobreza no Brasil entre 2000 e 2020. Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) analisar a literatura sobre a associação entre a educação e a situação de pobreza no Brasil; ii) apresentar um panorama da educação e da situação de pobreza no Brasil entre 2000 e 2020; iii) realizar uma avaliação dos

desafios e perspectivas da educação e da situação de pobreza no Brasil entre 2000 e 2020.

A metodologia utilizada no trabalho envolve uma revisão da literatura sobre educação e situação de pobreza, seguida de uma análise descritiva e exploratória dos dados. A abordagem metodológica é quali-quantitativa, apresentando os principais conceitos, análises de dados, além de uma abordagem multidimensional da relação entre educação e situação de pobreza no Brasil. A pesquisa utiliza dados do IBGE, relatórios do Banco Mundial e artigos científicos. Em resumo, a abordagem multidimensional permite uma compreensão mais holística do papel da educação em diversas esferas da vida dos indivíduos em situação de pobreza.

O trabalho está organizado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre a educação e a situação de pobreza, destacando as diferentes perspectivas e abordagens teóricas. No segundo capítulo são apresentados os materiais e métodos empregados na pesquisa. O terceiro capítulo apresenta os principais resultados, divididos em duas seções: a primeira traz um panorama da educação e da situação de pobreza no Brasil entre 2000 e 2020, enquanto a segunda aborda os desafios encontrados nesse período e as perspectivas para superação dessas dificuldades.

## 2 EDUCAÇÃO E SITUAÇÃO DE POBREZA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

A situação de pobreza não é compreendida de maneira única e universal (BARROS, HENRIQUE, MENDONÇA, 2001), pois é uma condição definida de diversas formas, a depender das diferentes sociedades e épocas (JACCOUD, 2010). No entanto, de forma geral, a situação de pobreza é compreendida como a insuficiência de recursos que assegurem as condições básicas de subsistência aos indivíduos, segundo os padrões de cada sociedade (MIRANDA, 2013). Esses padrões, determinados em cada sociedade, incluem características da distribuição de renda (critério monetário ou unidimensional) e do padrão de consumo predominante (critério multidimensional).

De acordo com as características de distribuição de renda ou de forma unidimensional, encontram-se em situação de pobreza indivíduos com pouca ou falta de renda (FREIRE, 2019). Para mensurar quem vive em situação de pobreza, utiliza-se como parâmetro a linha de pobreza, medida baseada em condições econômicas mínimas de sobrevivência (FREIRE, 2019). O Banco Mundial (2022) utiliza critérios específicos para determinar a situação de pobreza: a linha de pobreza internacional (a preços de 2017) é fixada em US\$ 2,15 por dia para países de baixo rendimento; US\$ 3,65 por dia para países de renda média-baixa; US\$ 6,85 por dia para países de renda média-alta.

Em contrapartida, a compreensão da situação de pobreza como sinônimo de subsistência e sua definição em termos monetários, existe a perspectiva multidimensional que aborda como um fenômeno complexo, referente as privações enfrentadas pelos indivíduos diante de um padrão minimamente aceito pela sociedade (FREIRE, 2019). Segundo o autor, nessa perspectiva multidimensional são levados em consideração desde fatores sociais, políticos, materiais até fatores subjetivos que afetam os sentimentos e a capacidade dos indivíduos. Essa multidimensionalidade dos fatores pode ser observada nas precárias condições materiais, que refletem na situação habitacional, nutricional, na forma de se vestir, no acesso aos serviços de saúde, nos meios de deslocamento e nas oportunidades de emprego etc. (MIRANDA, 2013).

Dentro desse contexto da abordagem multidimensional da situação de pobreza, é importante ressaltar as vantagens que essa perspectiva oferece. Entre essas vantagens, destacam-se a possibilidade de decompor os resultados em

diferentes dimensões e indicadores, identificação das restrições mais comuns ao comparar a situação de pobreza monetária e a multidimensional, assim como as comparações internacionais, entre países de diferentes dimensões e condições socioeconômicas (REZENDE, 2015). Levando em consideração esses benefícios que a abordagem multidimensional da situação da pobreza traz, essa é a perspectiva adotada neste trabalho.

Além disso, é crucial desconstruir a ideia de que é normal as pessoas viverem em situação de subsistência ou ter acesso a condições que lhes garantam uma condição minimamente digna (GOMES, 2021). Isso porque, a situação pobreza é uma produção social que depende das relações, onde o pobre sempre foi comparado ao não pobre (YANNOULAS, 2013). Ou seja, a situação de pobreza é uma condição anormal e é necessário estranhar o que se popularizou como uma condição natural, porque a situação de pobreza não é algo natural, mas sim uma construção social (GOMES, 2021).

Nesse contexto, a educação formal emerge como um elemento essencial para auxiliar na superação da situação de pobreza, porque permite que os indivíduos desenvolvam atividades econômicas (CASCAIS, TERÁN, 2011). A educação formal também se tornou um direito fundamental do cidadão, estabelecido na carta de direitos humanos e nas constituições dos países ao longo do século XX (YANNOULAS, 2013). Antes de aprofundar a relação entre educação e situação de pobreza, é importante entender o que se considera como educação formal.

A educação formal se estabelece como uma organização sistêmica que depende de currículo, diretrizes educacionais, legislações, estruturas de fiscalização e monitoramento (YANNOULAS, ASSIS, FERREIRA, 2012). A educação formal é organizada em disciplinas, faixas etárias e níveis de conhecimento, possui normas e leis, conteúdos previamente estabelecidos, tendo por objetivo a formação do cidadão e profissional (CASCAIS, TERÁN, 2011). Pode-se considerar como educação formal a escolarização estruturada em instituições de ensino, como escolas (ensino infantil, fundamental e médio), e universidades (ensino superior), espaços educacionais seguidos de regularidades, sequencialidade e hierarquias (GADOTTI, 2021). No entanto, mesmo pautada por políticas educacionais regulares, a educação formal não é uniforme e têm diferentes utilidades para diferentes indivíduos (YANNOULAS, ASSIS, FERREIRA, 2012).

A literatura revela, por um lado, que a educação formal é visualizada de maneira positiva, utilizada como ferramenta para ruptura dos ciclos da situação de pobreza (YANNOULAS, ASSIS, FERREIRA, 2012; EVANGELISTA, SHIROMA, 2005; SOUSA, 2010; YANNOULAS, 2013; SCHNEIDER, 2011; DUARTE, 2012). Para Gomes (2021), não há outro caminho que proporcione uma redução da situação da pobreza a não ser por meio do acesso à educação formal, ao contrário, não haverá mudanças nas grandes massas da população. Isso justifica-se, porque por meio da educação formal é possível acessar melhores colocações no mercado de trabalho e melhorar a qualidade de vida. A literatura mostra que quanto maior o nível de escolaridade das pessoas, maior é a busca por posições que melhor remunerem (SCHNEIDER, 2011; DUARTE, 2012). Além disso, vive-se em um cenário com um mercado de trabalho que muda constantemente e que exige cada vez mais mão de obra qualificada, acessar a educação para adquirir habilidades distintas é aumentar as possibilidades de se inserir ou se manter nesse mercado (YANNOULAS, 2013; SCHNEIDER, 2011; ARRUDA, VIEIRA, LUNA, 2017). Isso vêm de encontro com que a teoria do Capital humano sugere: mais educação gera mais produtividade e, conseqüentemente, mais desenvolvimento e renda (YANNOULAS, 2013). Nesta perspectiva, a situação de pobreza é resultado de ausência de competências e habilidades.

Além desses benefícios da empregabilidade e melhores opções no mercado de trabalho, a educação formal também favorece a redução da situação de pobreza por meio da busca das pessoas pelos seus direitos de forma mais acentuada em relação aos mais vulneráveis que não detêm de conhecimento formal (SOUSA, 2010). Ou seja, a educação formal facilita que os indivíduos em situação de pobreza busquem o acesso a um conjunto de exercícios que estão sob seu direito enquanto cidadão, por exemplo, acesso ao lazer, esporte, segurança alimentar, cultura, exercício da cidadania, entre outros fatores que melhoram sua qualidade de vida e sua inserção social (YANNOULAS, 2013).

Além disso, o que também faz com que a educação contribua com a redução as situações da pobreza é o papel das escolas como campo de entrada às diversidades de programas e ações como renda, alimentação e vacinação (YANNOULAS, ASSIS, FERREIRA, 2012). Em instituições de ensino, essas funções foram e são desenvolvidas, transformando o espaço escolar muito além do que um espaço exclusivamente educativo, mas também um ambiente no qual são realizadas

várias maneiras de atenção as necessidades de indivíduos mais pobres como: saúde, nutrição e alimentação, renda, vestuário etc. (YANNOULAS, ASSIS, FERREIRA, 2012). Inclusive a elevação da educação feminina, que busca melhorar sua higiene e a redução da natalidade (EVANGELISTA; SHIROMA, 2005). Ou seja, a escola é apresentada com uma solução contra os males sociais (YANNOULAS, 2013; YANNOULAS, ASSIS, FERREIRA, 2012).

O acesso à educação, portanto, oferece benefícios concretos: uma pessoa educada pode exercer a cidadania, sabe se organizar, não só conhece seus direitos como sabe exigir por eles, enfrenta resistências e é mais desenvolvida economicamente, além de proporcionar o acesso a um espaço de diálogo e sociabilidade. São esses fatores que levam a defesa da educação seja, pela política, academia ou pela população (DUARTE, 2012). Nesse sentido, a educação formal se apresenta como essencial não só na redução dos ciclos de pobreza, mas na qualidade de vida e integração social, sendo vista como um passaporte para o futuro.

Entretanto, cabe reconhecer que a situação de pobreza é resultado de um sistema capitalista e que políticas sociais podem apenas atenuar uma situação que já nasce excludente em sua essência (DUARTE 2012). Além disso, a relação entre educação e situação de pobreza também se apresenta pelo lado negativo, como uma ferramenta de reprodução das desigualdades na sociedade capitalista (ARRUDA, VIEIRA, LUNA, 2017). O sistema educacional, por exemplo, se concentra na distribuição de certificados, exigindo que a população historicamente desfavorecida atenda de maneira padronizada às exigências de uma instituição escolar estruturada de acordo com parâmetros estabelecidos (ARRUDA, VIEIRA, LUNA, 2017).

No entanto, existe uma realidade educacional muito desigual quando se analisam condições específicas, como classe, região, território, raça-etnia, nesses cortes a escolaridade se apresenta muito diferente, mas nenhuma comparação entre regiões, territórios, negros ou branca é tão desigual quanto a comparação entre ricos e pobres (DUARTE, 2012). Nesse contexto, o risco social e a situação de vulnerabilidade têm contribuído para o baixo desempenho escolar, defasagem série/idade e por último e evasão escolar. É possível identificar uma conexão forte entre situação de pobreza, dificuldades para permanência escolar, distorção série/idade risco social e violência o que acaba contribuindo para a perpetuação dos círculos da pobreza (DUARTE, 2012).

A literatura mostra que a educação formal desempenha um papel fundamental na capacitação dos indivíduos para enfrentarem as adversidades da situação de pobreza. No entanto, para entender plenamente a eficácia da educação como ferramenta de combate à situação de pobreza, é necessário um exame das condições educacionais e socioeconômicas ao longo do tempo. Esta análise é realizada no capítulo III, com a apresentação do panorama da educação e da situação de pobreza no Brasil entre 2000 e 2020.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Este capítulo apresenta os aspectos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa sobre a educação e a situação de pobreza no Brasil entre 2000 e 2020. Para o desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura, além de uma análise quali-quantitativa. A pesquisa também é exploratória. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória contribui para a construção de um conhecimento mais amplo e embasado sobre a educação e situação de pobreza. A pesquisa foi elaborada por meio de uma revisão de literatura (pesquisa bibliográfica), que envolveu a análise de livros, artigos científicos, revistas, teses e dissertações.

A pesquisa utilizou dados públicos e secundários, obtidos de fontes reconhecidas e confiáveis, tais como do Banco Mundial e do IBGE. Essas fontes garantem a precisão e confiabilidade dos indicadores da situação de pobreza e educação. No que se refere ao limite temporal, foram utilizados dados publicados para compreender o período entre 2000 e 2020.

Já os artigos científicos foram buscados em bancos de dados como SciELO, Google Acadêmico e Academia.edu, onde há uma grande quantidade de conteúdo sobre a situação de pobreza e educação no Brasil. Foram utilizados artigos de revistas científicas, garantindo a qualidade da pesquisa. Enquanto as teses e dissertações foram selecionadas em bibliotecas digitais acadêmicas, incluindo aquelas de universidades reconhecidas. Esses trabalhos proporcionam análises aprofundadas sobre o tema e refletem os avanços e discussões na área de estudo.

A revisão de literatura permitiu construir uma base sólida e identificar modelos e variáveis. Foi utilizada uma abordagem quali-quantitativa, que conforme Gil (2015), permite explorar dados descritivos e analisar dados estatísticos, o que possibilitou mensurar a relação entre a educação e situação de pobreza. Essa análise foi planejada de acordo com o que foi identificado na literatura e adaptada para o contexto brasileiro entre 2000 e 2020.

A coleta de dados foi realizada a partir de fontes secundárias, com base em dados estatísticos disponibilizados por órgãos oficiais. As principais fontes incluem: Banco Mundial - Dados sobre a taxa da situação de pobreza e despesas governamentais com educação como percentual do PIB. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Informações sobre taxas de analfabetismo, desemprego, e desigualdades educacionais e sociais por região, gênero, raça/cor e

faixa etária. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) - Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que avalia a qualidade da educação básica no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - Taxas de desemprego por nível educacional e outras informações sobre desigualdade social.

Para a primeira parte do estudo, uma análise descritiva foi realizada para ilustrar o panorama educacional e a taxa de pobreza no Brasil entre 2000 e 2020 (não ficando restrita a nenhuma região ou estado), com informações gerais sobre a educação e a situação de pobreza. Para isso, foram avaliados indicadores como a taxa de alfabetização de adultos com 15 anos ou mais, os gastos do governo com educação medidos em percentual do PIB e a taxa da situação de pobreza no país (considerando quem vive com menos de 2,15 dólares por dia, ajustado a preços de 2017).

Para visualizar essas mudanças, gráficos foram elaborados a partir dos dados do Banco Mundial, permitindo uma representação clara da evolução dos indicadores ao longo das duas décadas. Dessa forma, foram trazidos os percentuais de cada uma durante todo o período estudado. Além disso, a análise considerou a evolução histórica desses indicadores, buscando identificar tendências e padrões que possam indicar a eficácia de políticas implementadas. Com base nisso, foram colocados 3 gráficos de linha para ilustrar a evolução desses percentuais. Todos esses gráficos foram elaborados no Excel a partir da base de dados do BANCO MUNDIAL. Os anos em que não possuíam informações, foram preenchidos com uma média entre as informações de períodos mais próximos.

A análise levou em conta os programas educacionais e sociais, como o Bolsa Família, Programa Fome Zero, ProUni, FIES e Pronatec, que ajudaram a melhorar a vida das pessoas. Também foi destacado o papel de políticas públicas, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Fundeb, que contribuíram para ampliar o acesso à educação e valorizar os professores. Também foi destacado, como as regiões Norte e Nordeste enfrentam mais desafios do que as regiões Sul e Sudeste, que têm melhor infraestrutura e mais oportunidades.

Examinou-se ainda a relação entre nível de escolaridade e taxa de desemprego, com base nos dados do IPEA e IBGE, destacando a menor taxa de desemprego entre indivíduos com ensino superior completo. Avaliou-se as disparidades educacionais e de renda entre as regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste), com base em dados do IBGE e IPEA, evidenciando

que as regiões Norte e Nordeste enfrentam maiores desafios. Consideraram-se as políticas sociais, como o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que influenciaram diretamente a escolarização e a renda das populações mais vulneráveis.

A metodologia apresentada permitiu uma análise abrangente e embasada sobre a relação entre educação e a situação de pobreza no Brasil. O uso de métodos qualiquantitativos, associado a dados de fontes confiáveis propiciou uma visão clara e fundamentada do panorama da educação e da situação de pobreza no país.

Já a segunda parte do estudo consiste em uma análise dos desafios e perspectivas em relação a educação e situação de pobreza no Brasil entre 2000 e 2020. A pesquisa baseou-se em uma revisão bibliográfica que privilegiou obras acadêmicas, artigos científicos, livros, teses, dissertações e sites governamentais.

A revisão da literatura foi realizada em bases de dados acadêmicas como SciELO, Google Scholar e em fontes secundárias reconhecidas, como relatórios de instituições como BANCO MUNDIAL e IBGE. Além disso, a pesquisa buscou identificar, e interpretar as principais abordagens e reflexões teóricas já existentes sobre o tema, a fim de construir uma análise aprofundada e integrada.

Nesse sentido, analisaram-se questões como a desigualdade regional, a evasão escolar e as limitações do acesso à educação, com base em estudos teóricos que abordam essas questões no contexto brasileiro. Além disso, investigaram-se teorias e que relacionam a expansão e a qualidade da educação com a promoção de inclusão social e a redução da situação de pobreza intergeracional. Além de destacar as principais políticas educacionais e sociais implementadas no período, destacando suas contribuições e limitações no contexto brasileiro.

O estudo permitiu discutir os desafios e as perspectivas a partir das principais abordagens e de diferentes autores, porém, sem a utilização de dados ou gráficos estatísticos, priorizando somente uma análise teórica ampla e crítica das questões estruturais que permeiam a relação entre educação e situação de pobreza no Brasil.

Cabe ressaltar, portanto, que este estudo está limitado ao período entre 2000 e 2020 e ao contexto educacional e socioeconômico brasileiro. Limitações também surgem da disponibilidade e precisão dos dados fornecidos por fontes oficiais. Além disso, a análise está restrita a variáveis previamente identificadas na literatura, e os

resultados de determinados eventos podem ser influenciados por questões econômicas e políticas não previstas.

No entanto, é importante reconhecer que a pesquisa tem algumas limitações. Como foram usados apenas dados secundários, trata-se de uma análise *ex-post*. As análises também podem ser afetadas pela disponibilidade de dados, que pode ser desigual entre diferentes localidades e contextos socioeconômicos. Além disso, por mais que os indicadores ajudem a mostrar o quadro geral, nem sempre conseguem capturar detalhes mais específicos.

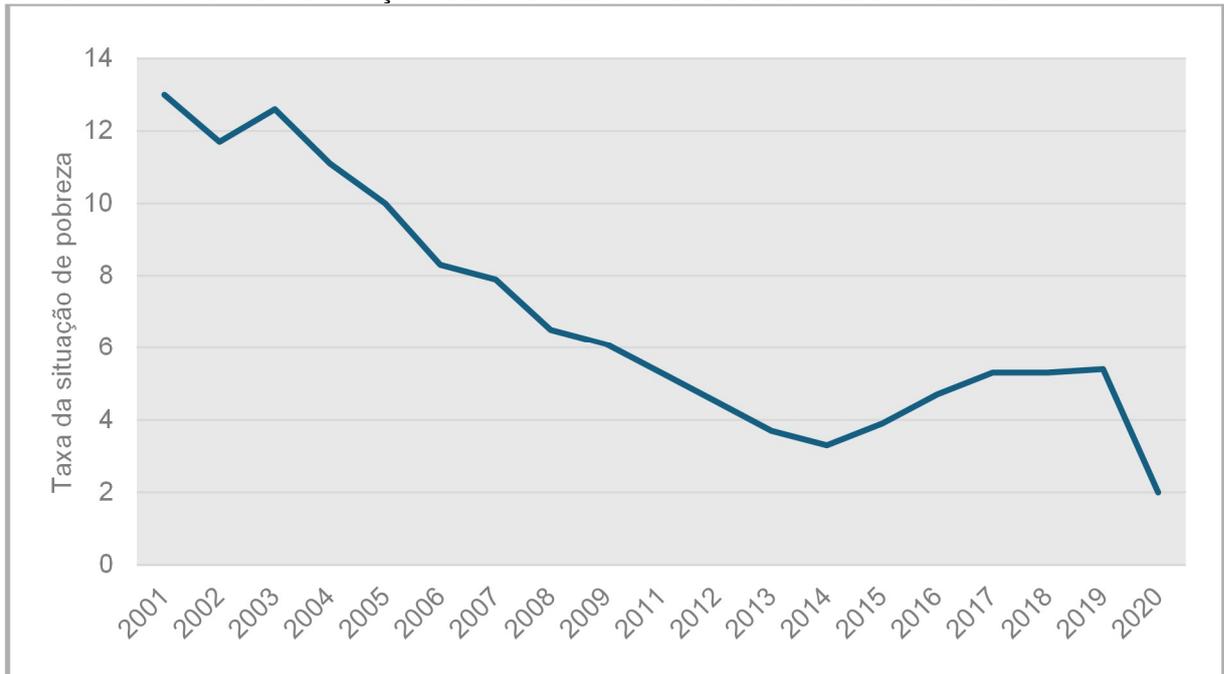
## **4 EDUCAÇÃO E SITUAÇÃO DE POBREZA NO BRASIL ENTRE 2000 E 2020**

Este capítulo aborda a educação e a situação de pobreza no Brasil, entre 2000 e 2020. O capítulo está organizado em duas seções: a primeira seção apresenta um panorama da situação educacional e da taxa de pobreza no Brasil a partir de dados estatísticos que evidenciam tendências e resultados, destacando os principais avanços e desafios enfrentados pelo país nesse período. A segunda seção realiza uma análise sobre os desafios enfrentados tanto pela educação quanto pela situação de pobreza nesse período e as perspectivas para superação dessas dificuldades.

### **4.1 PANORAMA BRASILEIRO**

Entre 2000 e 2020, o Brasil vivenciou avanços significativos tanto na educação quanto na redução da situação de pobreza, conforme dados do BANCO MUNDIAL (2020). Em 2000, 12,35 % da população brasileira encontrava-se em situação de pobreza, definida como pessoas que sobreviviam com menos de US\$ 2,15 por dia a preços de 2017; em 2020, verificou-se uma diminuição para 2% (BANCO MUNDIAL, 2020). O gráfico a seguir mostra essa evolução da taxa da situação de pobreza no Brasil durante o período analisado.

GRÁFICO 1 – TAXA DA SITUAÇÃO DE POBREZA NO BRASIL ENTRE 2000 E 2020



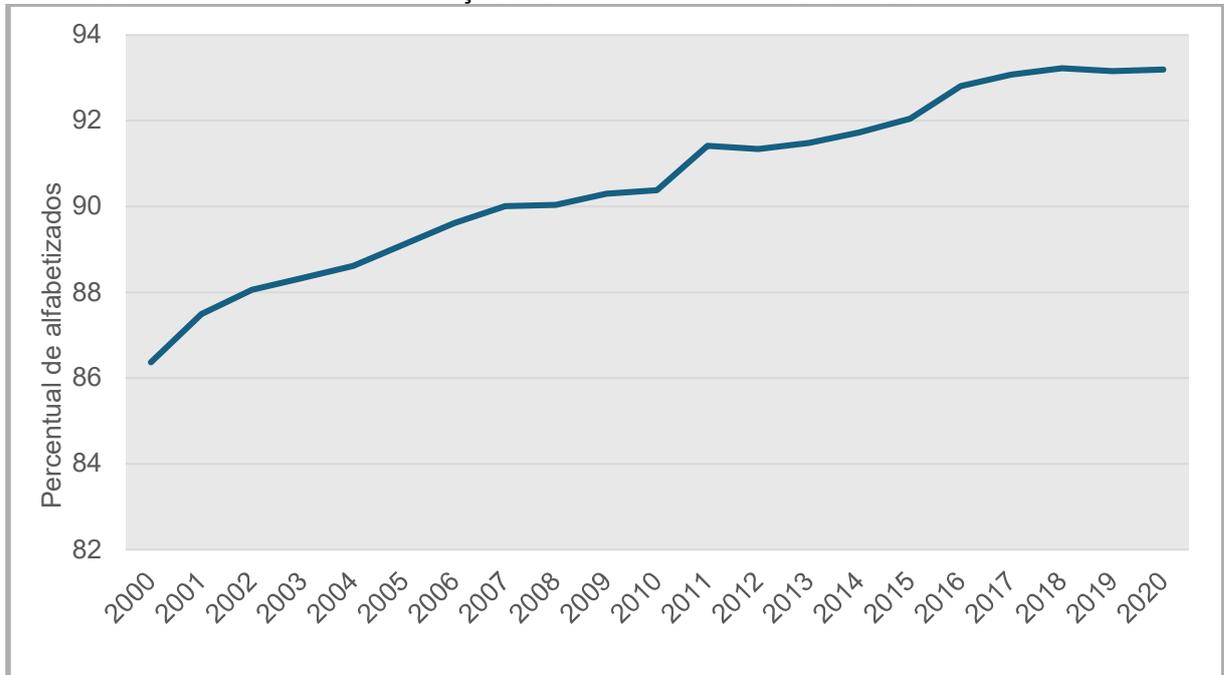
FONTE: Elaboração própria a partir de dados do BANCO MUNDIAL (2024).

O analfabetismo e a situação de pobreza são variáveis que sempre estiveram profundamente interligadas, afetando a vida de milhões de brasileiros, ao reproduzir ciclos viciosos da situação de pobreza (SILVA; COSTA; LIMA, 2023). Isso porque, indivíduos com menor nível de escolaridade têm menos acesso a empregos formais, o que limita seus acessos a melhores oportunidades de salário e, como consequência, suas condições de vida (SCHNEIDER, 2011; PECHININI; COUTO, 2024). Dessa forma, o aumento do acesso à educação e a expansão do investimento em educação pública de qualidade, desempenham um papel central, tanto na redução das desigualdades quanto na promoção da inclusão social, ao abrir novas oportunidades para as populações mais vulneráveis (COUTO; SILVA, 2019).

Nesse sentido, cabe destacar que durante as duas décadas, a educação tornou-se um dos principais focos do governo para a redução da situação de pobreza e das desigualdades sociais. Dessa forma, o Brasil investiu na inclusão educacional e na expansão da educação desde o ensino básico até o ensino superior, além de criar acessos a cursos profissionalizantes e implementar políticas sociais voltadas para a redistribuição de renda com incentivo à escolaridade (YAZBEK, 2012). Essas iniciativas resultaram no aumento da população alfabetizada no país. Considerando o total de adultos no país (pessoas com 15 anos ou mais), o percentual da população

alfabetizada passou de 86,36% em 2000, para mais de 93% em 2020, conforme pode ser observado no gráfico 2 abaixo.

GRÁFICO 2 – TAXA DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL ENTRE 2000 E 2020



FONTE: FONTE: Elaboração própria a partir de dados do BANCO MUNDIAL (2024).

No âmbito do ensino superior, destacaram-se o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, que ofereceu bolsas integrais e parciais para estudantes de baixa renda tivessem a oportunidade de ingressar em instituições privadas, a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que facilitou o acesso ao crédito para estudantes que precisavam de financiamento para conseguir ingressar no ensino superior, e a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tinha como objetivo expandir o aumento das vagas nas universidades federais e melhorar a infraestrutura dessas instituições (MORO; GISI, 2023). Esses programas foram complementados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído em 2007, que como o próprio nome sugere, tinha como foco o desenvolver ainda mais educação básica e a valorizar os educadores (COUTINHO, 2019).

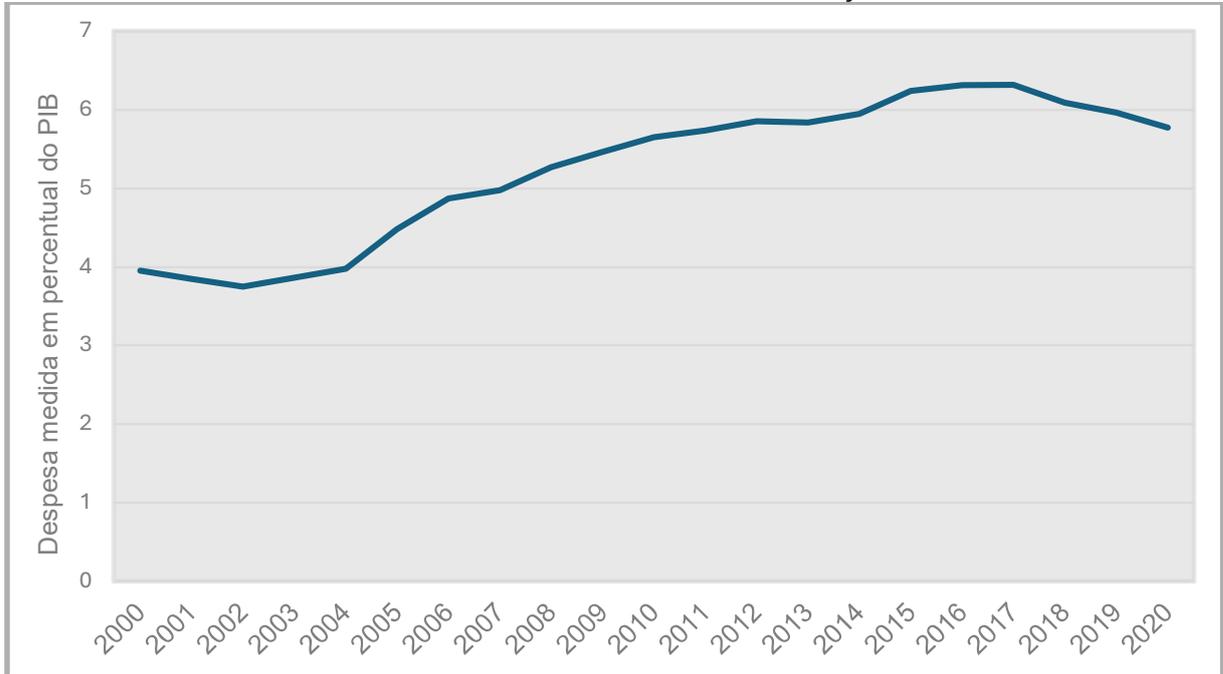
Além da expansão do ensino superior, o ensino técnico também foi priorizado, com uma criação de 214 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a com implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

(Pronatec) em 2011, programa o qual tinha como objetivo expandir a oferta cursos que visava o aumentar o conhecimento e habilidades dos cidadãos para o mercado de trabalho formal, ampliando dessa forma suas oportunidades de emprego e salários mais altos (VALERIO, 2016).

Entretanto, não foram apenas as estratégias educacionais que influenciaram a situação de pobreza no período; políticas sociais como o Programa Bolsa Família (PBF), lançado em 2003, tiveram um papel crucial no combate à situação de pobreza ao vincular as transferências de renda a crianças e adolescentes que mantivesse uma frequência escolar (CASTRO, 2010; YAZBEK, 2012). Essa iniciativa foi essencial para reduzir a evasão escolar e incentivar famílias de baixa renda a manterem seus filhos na escola. O impacto do Bolsa Família foi reforçado pelo Programa Fome Zero, que garantiu segurança alimentar às famílias mais vulneráveis e, ao aliviar necessidades básicas desses indivíduos e, melhorou os efeitos das transferências de renda (TOMAZINI, 2016).

Em 2014, com o surgimento do Plano Nacional de Educação (PNE), reafirmou-se o compromisso do Brasil com a expansão e melhoria da educação a longo prazo. Entre suas metas, destacaram-se a elevar o número de alfabetizados, a valorização dos profissionais da educação, melhorar a qualidade da educação, superar as desigualdades educacionais, aumentar o investimento em público em educação (PNE, 2014; MINTO, 2016). O aumento do acesso à educação foi acompanhado por um aumento dos gastos totais do governo com educação (% em relação ao PIB), que aumentou de 3,94% em 2000 para 5,77% em 2020 (BANCO MUNDIAL, 2020). O gráfico abaixo, ilustra a trajetória de crescimento desse indicador.

GRÁFICO 3 – DESPESA DO GOVERNO BRASILEIRO COM EDUCAÇÃO ENTRE 2000 E 2020



FONTE: Elaboração própria a partir da dados de BANCO MUNDIAL (2024).

No entanto, mesmo com os programas implementados e com a expansão da educação, a qualidade do ensino ainda apresentava desafios. Os resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), um indicador criado em 2007 que varia de 0 a 10 e que avalia a qualidade da educação através das médias de desempenho e fluxo escolar, ainda apresentava baixos resultados. Em 2019 por exemplo, o índice resultou em uma taxa de 5,8 %, ou seja, abaixo da meta estabelecida para o indicador com média de 6% (INEP, 2019; CHIRINÉA, 2010).

Além disso, a situação de pobreza no Brasil apresentou desigualdades educacionais entre as regiões. As regiões mais desenvolvidas, como o Centro-Sul e Sudeste, caracterizaram-se por oferecer além de uma infraestrutura melhor, uma educação de maior qualidade e mercados de trabalho mais diversificados. Enquanto as regiões do Norte e Nordeste, especialmente nas áreas rurais, enfrentaram maiores desafios, incluindo dificuldades no acesso a serviços públicos essenciais, como saneamento e saúde, além de poucas oportunidades de emprego e educação (PECHININI; COUTO, 2024). Em 2019, por exemplo, a taxa de analfabetismo no Nordeste foi de 13,9%, enquanto no Sudeste era de apenas 3,3% (IBGE, 2020). Já em 2020, enquanto o percentual de alfabetização no Sudeste foi de 92,63%, demais

regiões apresentaram um resultado próximo de 90%, enquanto no Nordeste e no Norte, essas taxas foram de 85,68% e 89%, respectivamente (PECHININI; COUTO, 2024).

Cabe ressaltar que a região do nordeste também é a região que apresenta menor escolaridade comparado com restante do Brasil. Em 2020, região do Nordeste apresentou uma média de estudo (total de pessoas com 15 anos ou mais) de 8,7 anos, a região Norte, uma média de 9,3, enquanto as regiões do Sul e Sudeste, apresentaram uma média de anos de estudo de 10,1 e 10,4, respectivamente (IBGE, 2024).

No que se refere a gêneros, verifica-se que no Brasil que o maior número de indivíduos que se encontravam em situação de pobreza em 2020, eram as mulheres com um percentual de 52,34%, já em relação a cor, constatou-se que a maioria da população era negra (PECHININI; COUTO, 2024). Cabe ressaltar que em 2019 verifica-se que na distribuição do percentual populacional segundo raça e cor, que 56,3% se declararam parda ou preta e esses, representavam mais de 70% entre aqueles que se encontravam abaixo das linhas de pobreza, enquanto indivíduos que se declaravam de raça ou cor branca, totalizam um percentual de 14,7% em situação de pobreza (SILVEIRA, 2022).

Por meio da classificação de gênero e raça/cor, verifica-se que homens pretos ou pardos apresentavam um percentual de 35,5%, enquanto homens brancos totalizam um percentual de 12,1%, já as mulheres classificadas como pretas ou pardas representavam um total de 38,1% em relação a mulheres brancas que resultavam em um total de 13,3% (IBGE, 2020). Dessa forma é possível perceber a grande diferença quando se analisa a situação de pobreza através desses grupos. Já é notável a desigualdade quando compara a cor/raça, mas quando se avalia a variável gênero a diferença é ainda mais visível, mostrando que a vulnerabilidade tem maior peso em determinados grupos. (SILVEIRA, 2022)

Já no que diz respeito a idade, os dados mostram que de 0 a 14 anos, considerava-se que 33,4 % viviam em situação de pobreza, de 15 a 29 anos, 26,4% encontravam-se nessa situação, já, de 30 a 59 anos esse percentual aumentava para 35,5% e de 60 anos ou mais somente 4,7%, ou seja, os mais atingidos pela situação de pobreza eram os grupos de 0 a 14 anos e de 30 a 59 anos. Cabe destacar que a expectativa de vida de vida dos negros e pessoas em situação de pobreza, tanto homens como mulheres é baixa no país, logo esse baixo percentual de 4,7% de

peças com 60 anos ou mais, justifica-se justamente porque a maioria desses indivíduos nem chegam nessa idade, enquanto o grupo de 15 a 29 anos, reflete um percentual mais baixo em relação a outras faixas etárias e pode ser justificada pela grande quantidade de genocídio que pessoas negras, principalmente os jovens, vieram enfrentando nesses últimos anos (SILVEIRA, 2022).

Outro fator importante a se considerar no Brasil é a taxa de desemprego visto que pessoas com níveis mais baixos de escolaridade enfrentam taxas de desemprego consideravelmente mais altas do que aquelas com ensino médio ou superior completo (IPEA, 2024; IBGE, 2020). Em 2000, verificou-se que pessoas com ensino fundamental incompleto apresentavam uma taxa de desemprego de aproximadamente 16%, refletindo uma dificuldade maior em períodos de crise econômica. Em 2020, mesmo com avanços, o desemprego entre aqueles com ensino fundamental incompleto ainda permanecia em torno de 12%, acima da média nacional, o que sugere uma dificuldade de se inserir no mercado formal de trabalho (IBGE, 2020).

Em relação àqueles que concluíram o ensino médio tinham uma taxa de desemprego menor em comparação aos que não concluíram o ensino fundamental. Em 2000, essa taxa girava em torno de 10%, caindo para aproximadamente 7% em 2020. A conclusão do ensino médio representa, assim, um diferencial importante na redução da vulnerabilidade ao desemprego, especialmente para jovens ingressando no mercado de trabalho (IPEA, 2024).

Já a taxa de desemprego entre indivíduos com ensino superior completo foi significativamente mais baixa ao longo do período. Em 2000, a taxa de desemprego para essa faixa educacional era de cerca de 4%, e, em 2020, caiu para 2,5%. Esse grupo não apenas enfrentou menor risco de desemprego como também teve acesso a oportunidades com melhores salários e condições de trabalho, o que indica a importância do ensino superior na melhoria das condições econômicas (IBGE, 2024).

Essas desigualdades evidenciam que a situação de pobreza no Brasil está intimamente relacionada ao nível de escolaridade da população. Indivíduos com mais anos de estudo, possuem maior probabilidade de obter empregos formais e, conseqüentemente, rendimentos mais altos, o que reduz o risco de situação de pobreza (PECHININI; COUTO, 2024). Dados apontam que chefes de família com cinco a oito anos de estudo apresentaram, em 2012, uma probabilidade de pobreza 37,4% menor, caindo para 35% em 2019. Entre aqueles com nove a onze anos de

escolaridade, a chance de estar em situação de pobreza diminuiu de 54,7% para 50,9% no mesmo período. Por fim, para chefes de família com doze anos ou mais de estudo, a probabilidade de encontra-se em situação de pobreza passou de 83% para 80,4% em 2019 (COUTO; SILVA, 2019). A escolaridade, portanto, é uma variável central na análise da situação de pobreza.

Além disso, reforçam a ideia de que, quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo, menores são suas chances de viver em situação de pobreza (PECHININI; COUTO, 2024). Para romper com a situação de pobreza, é necessária a educação e a escolaridade (RODRIGUES E SILVA 2019). Nesse contexto, é essencial desenvolver políticas públicas que foquem na expansão da educação, tanto em termos de quantidade quanto em qualidade, além de promover melhorias no funcionamento do mercado de trabalho (COUTO; SILVA, 2022).

Nesse sentido, os avanços registrados entre 2000 e 2020 demonstram que, embora o Brasil tenha enfrentado altos e baixos econômicos, as políticas de combate à situação de pobreza contribuíram para melhorar as condições de vida de milhões de brasileiros e para diminuir as desigualdades em termos de renda, embora desafios como a situação de pobreza persistente em algumas regiões ainda sejam uma realidade (MENDONÇA, 2018).

Ademais, a educação é fundamental para o futuro de qualquer nação, visto que o desempenho econômico e a redução da situação de pobreza global só são possíveis de serem alcançadas se todos tiverem a oportunidade de adquirir uma educação de qualidade no ensino primário. Além disso, a educação é um fator central na prosperidade e democracia de um país, pois permite que as sociedades se adaptem a mudanças tecnológicas contribuindo para a produção nacional (BANCO MUNDIAL, 2020; RODRIGUES; SILVA, 2019). Nesse sentido, a expansão da educação no Brasil entre 2000 e 2020 representou não apenas um avanço social, mas também uma estratégia eficaz na promoção de equidade econômica e social (PECHININI; COUTO, 2024).

## 4.2 DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Esta seção busca explorar os desafios enfrentados pela educação e pela situação de pobreza no Brasil entre 2000 e 2020, assim como as perspectivas para a superação desses desafios. Ao longo dessas duas décadas, o país apresentou

avanços tanto na educação quanto na situação de pobreza, no entanto, barreiras como as desigualdades regionais, a falta de infraestrutura escolar, a evasão escolar dos alunos e a exclusão de grupos, seja pelo gênero, raça ou etnia, baixos salários e falta de especialização dos professores, dificultaram avanços mais consistentes no sistema educacional (BROCK; SCHWARTZMAN, 2005). Esses desafios também são ampliados pela relação que as duas variáveis possuem: a situação de pobreza limita o acesso a uma educação de qualidade, enquanto uma educação insuficiente e de má qualidade, contribui para a perpetuação dos ciclos da situação de pobreza (JUNIOR; SAMPAIO, 2010).

Nesse sentido, além de explorar os desafios existentes, esta seção abordará as perspectivas para superação dessas dificuldades, destacando como as melhorias na infraestrutura escolar, a formação de docentes, o aumento do ensino técnico e profissional, e como essas estratégias são fundamentais para promoção do aumento do acesso à educação de qualidade, da redução das desigualdades sociais e regionais e do rompimento dos ciclos intergeracionais da situação de pobreza (GUILHERME, 2019).

Entre os principais obstáculos enfrentados pelos países, portanto, foi a desigualdade regional no Brasil em relação a educação (MEDEIROS; OLIVEIRA, 2014). As regiões Norte e Nordeste marcadas por baixos investimentos em infraestrutura educacional, apresentaram indicadores de escolaridade muito baixos em relação à média nacional. As altas taxas de evasão escolar, associadas à precariedade dos recursos, evidenciam as dificuldades enfrentadas por essas populações. Além disso, o acesso à educação superior também foi limitado, refletindo a baixa oferta de instituições de ensino superior (MEDEIROS; OLIVEIRA, 2014).

A infraestrutura escolar é outro desafio a ser superado. Muitas escolas não contavam com o básico para um bom funcionamento, como a quantidade adequada de materiais, bibliotecas, energia elétrica, laboratórios e acesso à internet. Essa falta de estrutura, principalmente em zonas rurais e periféricas, dificultou o acesso e a permanência dos estudantes impactando diretamente o seu aprendizado e contribuindo assim para as desigualdades educacionais e como consequência, para a desigualdade social no país (IBGE, 2020; BROCK; SCHWARTZMAN, 2005).

A formação de professores é outra questão a ser levada em consideração. Embora o Brasil tenha investido para aumentar a qualificação de professores, ainda houve grande quantidade de docentes sem uma formação adequada para atuar nos

campos em que atuavam (GUILHERME, 2019). Em diversas regiões, especialmente nas regiões periféricas e nas zonas rurais, os professores enfrentavam dificuldades com a escassez de material didático e com a sua própria formação pedagógica que refletia na má qualidade do ensino oferecido (PIMENTEL, 2019). Além disso, a falta de professores com especialização principalmente no ensino infantil e ensino técnico, limitou a capacitação das crianças e a qualificação profissional dos trabalhadores, fatores que são fundamentais para a redução da situação pobreza no Brasil (BROCK; SCHWARTZMAN, 2005).

A desigualdade de gênero, de raças e etnias, também foi um fator que impediu a potencial transformação da educação no país (PIOVESAN, 2008). A baixa inclusão de grupos marginalizados, como negros e indígenas, foi uma das questões que não permitiu uma transformação consistente no sistema educacional. Embora políticas afirmativas tenham sido adotadas para promover o acesso desses grupos ao ensino superior, a educação básica não foi o suficiente para garantir a permanência desses alunos nas escolas e o pleno desenvolvimento de suas capacidades (PIOVESAN, 2008).

No que se refere aos desafios da situação de pobreza, entre 2000 e 2020, apesar do Brasil ter apresentado avanços em políticas sociais e na redução dos índices de pobreza, o país ainda enfrentava várias dificuldades em relação a esse problema. A situação de pobreza no Brasil, medida por indivíduos que vivem com menos de dois dólares por dia (medida pela paridade do poder de compra de 2017), afetou um número expressivo de brasileiros, principalmente nas áreas mais carentes do país (BANCO MUNDIAL, 2022).

A relação entre a educação e a situação de pobreza foi verificada principalmente nas crianças em famílias de baixa renda que enfrentavam maiores dificuldades de acesso à escola, não apenas por questões financeiras, mas também por problemas relacionados à infraestrutura e ao ambiente familiar em que estavam inseridas (BROCK; SCHWARTZMAN, 2005). Em um contexto de situação de pobreza, as famílias frequentemente não conseguem arcar com os custos relacionados à educação, como transporte, material escolar, uniformes e alimentação. Além disso, o acesso à internet e às tecnologias educacionais ainda é um privilégio que poucas famílias têm, o que contribui para a desigualdade no acesso ao aprendizado de qualidade, especialmente em tempos de ensino remoto, conforme ocorrido

recentemente no período da pandemia da COVID-19, em 2020 (GATTI, 2020; SOUZA; MACHADO, 2019).

Em muitos casos, crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social abandonavam a escola para trabalhar e ajudar financeiramente em casa, trabalhando e complementando a renda da família, o que contribuiu para a evasão escolar precoce, principalmente antes da conclusão do ensino fundamental (JUNIOR; SAMPAIO, 2010). Esse ciclo de situação de pobreza é reforçado ainda pela falta ou baixa qualificação profissional dos trabalhadores, que impede o ingresso no mercado e melhores oportunidades de trabalho perpetuando dessa forma as precárias condições de vida (IBGE, 2020).

Além disso, a insegurança alimentar das crianças e adolescentes foi outro fator que impactou diretamente o desempenho nas escolas, visto que essa insegurança alimentar afeta diretamente indivíduos em situação de pobreza. Estudos mostraram que a falta de acesso a uma alimentação adequada compromete o desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças, prejudicando a aprendizagem e a concentração dos alunos na escola. Além disso, as famílias em situação de vulnerabilidade social geralmente enfrentam dificuldades para prover uma alimentação saudável e equilibrada, o que agrava ainda mais a situação de pobreza (BROCK; SCHWARTZMAN, 2005; SOUZA; MACHADO, 2019).

Apesar de todos esses desafios vistos até agora, ainda existem várias perspectivas para a superação desses obstáculos, que limitam o acesso à educação de qualidade e a redução da situação de pobreza no Brasil. Uma das principais soluções, portanto, consiste na implementação de iniciativas que abordem a educação e a situação de pobreza de forma integrada, levando em consideração as necessidades específicas das populações mais vulneráveis. Programas como o Bolsa Família, que garantiram uma transferência de renda direta para as famílias em situação de vulnerabilidade, mostraram que resultados positivos no combate à situação de pobreza, melhorou as condições de vida ao mesmo tempo que proporcionou aos jovens a oportunidade de continuar aprendendo (CASTRO, 2010; YAZBEK, 2012). A ampliação e o fortalecimento de programas de transferência de renda são, portanto, uma das estratégias fundamentais para a redução das desigualdades educacionais e sociais (SOUZA, 2020).

Além disso, a melhoria da qualidade da educação é essencial para a quebra dos ciclos de situação de pobreza (PELLISSARI, 2023). O Brasil deveria investir mais

na capacitação de seus professores e na melhoria da infraestrutura das escolas, especialmente nas regiões mais carentes e que apresentaram e apresentam até os dias atuais, menores índices de escolaridade como é o caso das regiões Norte e Nordeste (MEDEIROS; OLIVEIRA, 2014). O acesso à educação tecnológica e a educação profissionalizante é outra medida importante para capacitar os jovens, desenvolvendo habilidades e os preparando para o mercado de trabalho, cabendo reforçá-las e dar continuidade. Programas de formação técnica, como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), é exemplos de iniciativa que contribuiu para a qualificação profissional da população de baixa renda, e foi capaz de proporcionar melhores oportunidades de emprego e renda (PELLISSARI, 2023).

Outra questão fundamental é o fortalecimento das políticas públicas de inclusão (SOUZA; MACHADO, 2019). A educação é um direito de todos e deve ser um instrumento de combate à desigualdade racial, étnica e de gênero, garantindo o acesso e a permanência de todos os grupos, sem nenhuma exceção, pois a inclusão desses grupos garantirá melhorias nos indicadores educacionais e conseqüentemente redução na situação de pobreza, ou seja, programas de inclusão e ações afirmativas no ensino, principalmente no ensino superior e profissionalizante, são passos importantes para garantir a igualdade no acesso à educação e conseqüentemente, promover a inclusão social (SOUZA; MACHADO, 2019).

Ademais, ampliar o acesso à educação integral é outra excelente estratégia para combater a situação de pobreza e melhorar a qualidade da educação (CAVALIERE, 2010; DE CARVALHO, 2006). A educação integral não se limita somente ao ensino oferecido em escolas e universidades, mas também através de atividades culturais, esportivas e de saúde, que são essenciais para o desenvolvimento completo das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social (DE CARVALHO, 2006). A educação integral tem um grande potencial de reduzir as taxas de evasão escolar e promover a inclusão social, uma vez que oferece um ambiente dinâmico e completo para a aprendizagem para os estudantes (CAVALIERE, 2010). O incentivo ao ensino básico e aumento da qualidade desse ensino é outro ponto a ser levado em consideração, visto o aumento dos recursos tecnológicos cada vez mais presentes no dia a dia, dessa forma a educação básica acaba se tornando um pré-requisito para que um profissional conheça o básico e

assim possa migrar entre postos e cargos de forma que não perca tanto sua produtividade (JUNIOR; SAMPAIO, 2010)

As desigualdades educacionais, a falta de qualidade no ensino e as altas taxas de evasão escolar são questões que exigem comprometimento contínuo por parte do governo e da sociedade para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade (SOUZA; MACHADO, 2019). Conforme destacado, a superação da situação de pobreza no Brasil também depende da criação de políticas públicas integradas que abordem não só a área da educação, mas também, as diferenças regionais, a vulnerabilidade social, o emprego e as oportunidades de diferentes gêneros, raças e etnias. As perspectivas para o futuro são promissoras, especialmente com a implementação de novas políticas educacionais e sociais reduzindo desigualdades e criando oportunidades que rompam os ciclos intergeracionais de pobreza (JUNIOR; SAMPAIO, 2010)

Por fim, cabe ressaltar, que a relação entre a educação e a situação de pobreza no Brasil sempre foi um tema complexo e desafiador, que envolveu uma análise profunda das condições socioeconômicas, das políticas públicas e das perspectivas para a melhoria dos indicadores sociais e educacionais no país (JUNIOR; SAMPAIO, 2010). Embora durante as duas primeiras décadas do período tenha apresentado avanços tanto em termos de melhorias na educação e diminuição da situação de pobreza, desafios estruturais profundamente enraizados no país, limitaram uma transformação mais ampla no sistema educacional e social. Esses entraves ressaltam a importância de um compromisso contínuo e integrado para enfrentar afundo as desigualdades e fomentar um desenvolvimento mais inclusivo no Brasil (PIMENTEL, 2019).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a educação como ferramenta de combate a situação de pobreza no Brasil. Por meio de uma revisão literária, constatou-se a educação como um tema crucial para reduzir os níveis de situação de pobreza. Já no panorama brasileiro, verificou-se que os avanços na área educacional, a evolução da alfabetização e gastos do governo com educação, foram capazes de reduzir a situação de pobreza no Brasil, mas que apesar de melhorias, continua sendo um problema complexo e de difícil resolução, especialmente nas regiões mais carentes.

Os resultados da pesquisa indicam ainda que as políticas educacionais, como a ampliação do Fundeb e a implementação do Programa Bolsa Família, por exemplo, trouxeram contribuições importantes para a melhoria do acesso à educação. Contudo, a análise revelou que a situação de pobreza no Brasil teve grandes reduções, porém, a educação, por si só, não é capaz de resolver esse problema de forma isolada, pois a situação de pobreza está ligada a outros fatores estruturais, que exigem uma abordagem mais integrada das políticas públicas.

Ademais, uma limitação deste estudo foi a utilização de dados secundários, obtidos através de fontes oficiais como IBGE e BANCO MUNDIAL, que, embora sejam bastante confiáveis, não permitem uma análise aprofundada das especificidades locais da situação de pobreza, o que poderia enriquecer a compreensão sobre as diferentes realidades no país.

Conclui-se, portanto, que apesar da grande importância da educação como ferramenta para a redução da situação de pobreza, ela não pode ser considerada uma solução isolada. Para que a educação efetivamente contribua para a diminuição da situação de pobreza, deve ser acompanhada de outras políticas públicas integradas, que incluam ações com um olhar também para a saúde, a habitação e o emprego, garantindo que os benefícios da educação alcancem de forma efetiva as populações em situação de vulnerabilidade. Recomenda-se que futuras pesquisas se aprofundem nas interações entre políticas educacionais e outras políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Bárbara Diniz Lima Vieira; de Sousa VIEIRA, Germana; LUNA, Glauber Barreto. **EDUCAÇÃO E POBREZA: UMA DISCUSSÃO URGENTE E NECESSÁRIA.**

BANCO MUNDIAL, **Ficha informativa: Um ajuste às linhas globais de pobreza, 2022.** Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/factsheet/2022/05/02/factsheet-an-adjustment-to-global-poverty-lines#2>. Acesso em: 23, maio de 2024.

BANCO MUNDIAL. Educação: Uma Janela de Esperança. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2020. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/es/578391468766174561/pdf/2471810portuguese.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

**BANCO MUNDIAL.** Indicadores de desenvolvimento mundial. 2020. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.DDAY?view=chart&locations=BR>. Acesso em: 01 out. 2024.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators. Disponível em: [https://databank.worldbank.org/country/BRA/556d8fa6/Popular\\_countries](https://databank.worldbank.org/country/BRA/556d8fa6/Popular_countries) Acesso em: 31 out. 2024.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** 2001.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.* Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 10 out. 2024.

BROCK, Colin; SCHWARTZMAN, Simon. **Os desafios da educação no Brasil.** Editora Nova Fronteira, 2005.

CASCAIS, Maria das Graças Alves; TERÁN, Augusto Fachín. **Educação formal, informal e não formal em ciências: contribuições dos diversos espaços educativos.** XX Encontro de Pesquisa Educacional Norte-Nordeste, 2011.

CASTRO, Jorge Abrahão de Organizador; MODESTO, Lúcia Organizador. *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.* 2010.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 20, p. 249-259, 2010.

CHIRINÉA, Andréia Melanda. O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal. 2010.

COUTINHO, Henrique Guimarães et al. A dinâmica dos conselhos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação–Fundeb em municípios do Nordeste. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-15, 2019.

COUTO, Ana Cristina Lima; SILVA, Claudeci. Pobreza, escolaridade e formas de inserção no mercado de trabalho: uma análise para o Brasil nos anos de 2012 e 2019. **Revista Orbis Latina-Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras-ISSN: 2237-6976**, v. 12, n. 1, p. 62-82, 2022.

**COUTO, R. L.; SILVA, J. R.** Relação entre escolaridade e pobreza no Brasil: análise entre 2012 e 2019. *Revista Econômica do Nordeste*, 2019.

DE CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O lugar da educação integral na política social. **Cadernos Cenpec| Nova série**, v. 1, n. 2, 2006.

DUARTE, Natalia de Souza. Política Social: **um estudo sobre educação e pobreza**. 2012.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Oto. **Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global**. Quaestio-Revista de Estudos em Educação, v. 7, n. 2, 2005.

FREIRE, Juciley Silva Evangelista; DA SILVEIRA FREIRE, José Carlos. **DESAFIOS PARA A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DOS ALUNOS EM SITUAÇÃO DE POBREZA: QUEM SÃO OS POBRES NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS?** Revista Inter-Ação, v. 44, n. 1, p. 32-46, 2019.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal**. Sion: Institut International des Droits de 1º Enfant, p. 1-11, 2005.

GATTI, Bernardete A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos avançados**, v. 34, p. 29-41, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

GUILHERME, Willian Douglas. Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas [em linha]. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 7127 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por situação do domicílio e sexo**. 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7127#resultado>. Acesso em: 09 out. 2024.

INEP. **Nota informativa: Ideb 2017**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, jun. 2019. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/porta\\_l\\_indeb/o\\_que\\_e\\_o\\_ideb/nota\\_informativa\\_ideb2017\\_atualizado\\_Jun\\_2019.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/porta_l_indeb/o_que_e_o_ideb/nota_informativa_ideb2017_atualizado_Jun_2019.pdf). Acesso em: 09 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mesmo com benefícios emergenciais, 1 em cada 4 brasileiros vivia em situação de pobreza em 2020**. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia->

noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32420-mesmo-com-beneficios-emergenciais-1-em-cada-4-brasileiros-vivia-em-situacao-de-pobreza-em-2020. Acesso em: 01 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação e Desemprego*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 9 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html> Acesso em: 9 nov. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Desemprego e Escolaridade no Brasil: Impactos e Tendências*. Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 9 nov. 2024.

JACCOUD, Luciana. **O Programa Bolsa Família e o combate à pobreza: reconfigurando a proteção social no Brasil**. De CASTRO, Jorge A.; MODESTO, Lúcia. *Bolsa Família*, v. 2010, p. 101-136, 2003

MEDEIROS, Marcelo; OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de. Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 561-585, 2014.

MENEZES Filho, Naércio Aquino. Qualidade da educação e mercado de trabalho no Brasil. In: SILVA, João; OLIVEIRA, Clara (orgs.). *Educação e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universitária, 2018. p. 115-140.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. e230011, 2018.

MIRANDA, Carlos et al. **A nova cara da pobreza rural. Desenvolvimento e a questão regional**. Série desenvolvimento rural sustentável, 2013.

MORO, Guilherme Andre Dal; GISI, Maria Lourdes. FIES, PROUNI e REUNI: caminhos inacabados para a democratização do acesso à educação superior. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 28, p. e023012, 2023.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, v. 39, p. e37056, 2023.

PICHININI, R. L.; COUTO, A. C. L. Perfil da pobreza no Brasil: uma análise regional (2012-2020). *Informe Económico*, v. 48, n. 1, p. 61-85, jan.-jun. 2024. Disponível em: Perfil da pobreza no Brasil: uma análise regional (2012-2020) | INFORME ECONÓMICO (UFPI). Acesso em: 10 out. 2024.

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na agenda 2030 da ONU. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 1, n. 3, p. 22-33, 2019.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 887-896, 2008.

SCHNEIDER, Edith Oliveira. **Educação formal e pobreza: causa, efeito ou determinação recíproca**. 2011.

SILVA Júnior, Luiz Honorato; SAMPAIO, Yony. Notas sobre pobreza e educação no Brasil. **Problemas del desarrollo**, v. 41, n. 163, p. 75-97, 2010.

SILVA, José Carlos Aragão; da COSTA, Cristiane Dias Martins; de Souza LIMA, Alex. Educação, leitura, pobreza e analfabetismo em tempo de pandemia em Codó, Maranhão. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 17, p. e5414042-e5414042, 2023.

SILVA, Nanna Krishina; RODRIGUES, Paulo Roberto Grangeiro. EDUCAÇÃO PARA ROMPER A POBREZA INTERGERACIONAL: UM OLHAR SOBRE O CURTA-METRAGEM “VIDA MARIA” E A REALIDADE DA POBREZA BRASILEIRA. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

SILVEIRA, Beatriz Vieira da et al. A pobreza no Município de Antônio Carlos e sua expressão na realidade escolar a partir de uma análise do Programa Bolsa Família. 2022.

SOUSA, Adilson Reis Pinto de. **O impacto da educação no combate à pobreza no Brasil**. 2010.

SOUZA, Isabel Amaral. **O papel da educação formal para a redução da pobreza no Brasil durante o período de 1992 a 2008**. Monografia (Graduação em Economia – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. 2010.

SOUZA, Myrella Lopes de; Dos Santos MACHADO, Alexsandro. Perspectivas e desafios da educação inclusiva: uma revisão bibliográfica. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 9, n. 20, p. 24-49, 2019.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 13-30, 2016.

VALÉRIO, Gracielle Ferreira. **Implementação de políticas públicas: uma análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego 2012-2015.** 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada.** 2013.

YANNOULAS, Silvia Cristina; ASSIS, Samuel Gabriel; FERREIRA, Kaline Monteiro. **Educação e pobreza: limiares de um campo em (re) definição.** Revista Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, p. 334-359, 2012

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, p. 288-322, 2012.